



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2019v7n2p67-74

INTELECTUAIS E IMPRESSOS EDUCACIONAIS NO BRASIL

OS ILUSTRES INTELLECTUAIS DA MODERNIDADE AGRÍCOLA: A ESTRUTURAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE (1934-1950)

**THE PROMINENT INTELLECTUALS OF THE AGRARIAN MODERNITY:
THE STRUCTURATION OF THE ACADEMIC STAFF OF THE AGRONOMICAL SCHOOL OF NORTHEAST (1934-1950).**

**INTELECTUALES ILUSTRES DE LA MODERNIDAD AGRÍCOLA:
LA ESTRUCTURACIÓN DEL CUERPO DOCENTE DE LA ESCUELA DE AGRONOMÍA DEL NORDESTE (1934-1950)**

Luiz Mário Dantas Burity¹

RESUMO

A Escola de Agronomia do Nordeste foi a primeira instituição de educação superior criada no estado da Paraíba e tinha como propósito dotar a economia regional, hegemonicamente compreendida como essencialmente agrária, dos métodos mais modernos de plantio e domesticação de animais. A seleção dos professores da escola era um quesito fundamental para que esse propósito pudesse ser alcançado. O objetivo desse texto foi discutir a constituição do corpo docente da Escola de Agronomia do Nordeste e os sentidos políticos dessa es-

colha. Com esse propósito, foram utilizadas as reflexões de Antonio Gramsci (2014[1932]) sobre os intelectuais e as notícias do jornal *A União* publicadas entre os anos de 1934, quando a escola foi criada e 1950, quando ela foi federalizada. Além de formar agrônomos, técnicos agrícolas e capatazes rurais, esses sujeitos deveriam se portar como pesquisadores, que precisavam desenvolver e adaptar técnicas agrícolas próprias às condições geográficas locais. Mais do que isso, era importante fazer circular esse conhecimento por meio da publicação de

livros, mas principalmente de textos na imprensa periódica, e que alicerçassem políticas públicas de incentivo ao melhoramento das práticas dos agricultores.

ABSTRACT

The Agronomical School of Northeast was the first institution of higher education created in the state of Paraíba. It had as objective get up the regional economy, which the hegemonic discourses understand as exclusively agrarian. They did it using the most modern methods to plant and domesticate animals. The selection of professors of the school was fundamental for the successful of that finality. The objective of this paper was to analyze the constitution of the academic staff of the Agronomical School of Northeast and the political sense of those choices. In this way, we observe the reflections of Antonio Gramsci (2014[1932]) about the intellectuals and the notices of the newspaper *A União* published between 1934, when the scho-

PALAVRAS-CHAVE

Agrônomos. Educação Superior. Intelectuais.

ol was created, and 1950, when it was passed to the federal governor. In addition to educate agronomies, agrarian technics and rural supervisors, those men need to work as researchers, who develop and adapt the agricultural technics to the local geographical conditions. More than this, they need to circulate knowledge inside the books, but principally on texts in the periodical press, which could be used to do public politics to do the agricultural practices better.

KEYWORDS

Agronomies. Higher Education. Intellectuals.

RESÚMEN

La Escuela de Agronomía del Nordeste fue la primera institución de enseñanza superior creada en la provincia de la Paraíba y tenía como su propósito dotar la economía regional, hegemoníicamente comprendida como esencialmente agraria, de los métodos más modernos de plantío y domesticación de animales. La selección de los profesores de la escuela era una cuestión fundamental para alcanzar ese propósito. Nuestro objetivo es discutir la constitución del cuerpo docente de la Escuela de Agronomía del Nordeste y los sentidos políticos de esa elección. Para hacerlo utilizamos las reflexiones de Antonio Gramsci (2014[1932]) sobre los intelectuales y las noticias del periódico "*A União*" publicadas entre los años 1934, cuando la escuela fue creada, y 1950, año en que fue federalizada.

Además de formar agrónomos, técnicos agrícolas y supervisores rurales, se esperaba que esos individuos se portasen como investigadores que necesitaban desarrollar y adaptar técnicas agrícolas adecuadas a las condiciones geográficas locales. Más allá de eso, era importante hacer circular ese conocimiento por medio de la publicación de libros y principalmente textos en la prensa periódica que fundamentasen políticas públicas de incentivo al mejoramiento de las prácticas de los agricultores.

PALABRAS CLAVE

Agrônomos. Enseñanza Superior. Intelectuales.

1 INTRODUÇÃO

O programa guiado pelo governo federal depois que os revolucionários tomaram o poder em 1930 tinha como projeto o investimento no desenvolvimento econômico e na integração nacional, o que equivalia considerar as potencialidades de cada região do país (BESKOW, 2010). Em meio a esse cenário político, foi criada a primeira instituição de educação superior na Paraíba. Tratava-se da Escola de Agronomia do Norte. A escolha pelas ciências agrárias não era em nada desprezível. Ela invocava, em primeiro lugar, um espaço para o estado no conjunto econômico nacional, a produção agrícola. Em segundo lugar, acreditava em uma saída técnica para o atraso “atraso” do país, tantas vezes propugnado pelos intelectuais da Primeira República e do Império (LOURENÇO, 2001). Apostava no aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, na compra de máquinas, no uso racional do solo e das fontes hídricas com as melhores sementes e animais.

Localizada em Areia, no estado da Paraíba, a Escola de Agronomia do Nordeste seria, dessa maneira, uma instituição dedicada à formação de novos profissionais, agrônomos e veterinários, dedicados ao desenvolvimento econômico da região nordestina e, em especial, do estado no qual ela estava situada. Mas para além dessa função, deveria se tornar também um lugar de pesquisa, dedicado à compreensão da formação do solo, das condições hídricas, da fauna e da flora da região. No mais, a escola promovia eventos, criava campanhas e incentivava políticas de governo que deveriam envolver a comunidade dos produtores agrícolas.

A formação do corpo docente da escola era um passo importante na composição de sua política institucional e da sua ação na sociedade de maneira mais ampla. De acordo com Antonio Gramsci (2014[1932]), o trabalho dos intelectuais atende à demanda dos grupos dos quais eles são originários e, em certa medida, servem à organização da cultura em meio às relações de poder. Em sendo assim, o objetivo deste texto foi discutir a constituição do corpo docente da Escola de Agronomia do Nordeste e os sentidos políticos dessa escolha. Com esse propósito, foram observadas as notícias publica-

das no jornal *A União* entre os anos de 1934, ano de criação da escola, a 1950, quando ela foi federalizada.

2 A ESTRUTURAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE

No pacto firmado entre as oligarquias rurais paraibanas e o governo federal, quando da criação da Escola de Agronomia do Nordeste, ficou determinada a responsabilidade do segundo órgão no processo de seleção do professorado daquela instituição (A UNIÃO, 25 jan. 1936, p. 5). Naquela ocasião, a ciência imposta para a concessão de um estabelecimento de educação superior na Paraíba exigia uma qualificação técnica que poucos intelectuais paraibanos dominavam. Porém a dificuldade outrora destacada logo se tornou motivo de veneração nas propagandas da escola então fundada: seus docentes viriam de célebres academias agrônomicas do país, que rapidamente se tornariam modelos para o funcionamento desse novo instituto.

“A nossa Escola vai adotar o mesmo padrão da de Viçosa” (A UNIÃO, 16 mar. 1936, p. 1) anunciavam as propagandas institucionais, apontando como características daquele modelo escolar a oferta de três cursos em níveis diferentes – curso elementar de capatazes rurais, curso médio para formar técnicos agrícolas e curso superior de Agronomia – e a contratação de professores daquele distinto estabelecimento. Falava-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, que havia sido criada em Viçosa, no estado de Minas Gerais, em 1922, a qual constituía, junto com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, em São Paulo, as instituições de ensino agrícola mais reconhecidas no país à época.

Teriam chegado ainda em 1936, portanto, “os srs. dr. Jardiel Nery e os técnicos agrícolas Antonio Augusto de Sousa Leite, Clemente Maria Horta Pinto e Edwiges Pereira de Mello” (A UNIÃO, 26 mar. 1936, p. 1), todos acompanhados do dr. Luiz Carvalho de Araújo, ao qual foi entregue a direção da Escola de Agronomia do Nordeste, que ainda aguardava para aquele ano o agrônomo João Ribeiro Gomes. Os demais profissionais viriam

nos anos seguintes, quando os governos federal e local indicavam o seu pleno funcionamento desse espaço.

Entretanto, apesar de todos os contratados terem sido recebidos euforicamente pela imprensa local como doutores ou homens de ciência, na verdade três deles eram apenas técnicos agrícolas, não portando sequer um título superior que os permitisse lecionar no curso de Agronomia. Mas se a supervalorização denunciava os problemas com a contratação desses profissionais, que ainda limitavam o corpo docente ao número ínfimo de três agrônomos e adia o início das aulas de ensino superior para o ano seguinte, ela também expressava o necessário destaque à figura do seu diretor. Imediatamente o dr. Carvalho de Araújo, como era tratado à época, entrou para a lista de nomes distintos da sociedade paraibana representando a ciência que a Escola de Agronomia prometia para os anos seguintes.

Figura 1 – O dr. Carvalho de Araújo, diretor da Escola de Agronomia da Parahyba



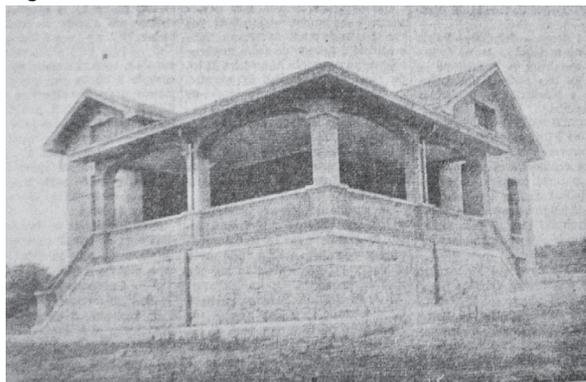
Fonte: Jornal *A União* (15 abr. 1936, p. 1).

A fotografia do dr. Carvalho de Araújo, publicada no jornal *A União*, resguardou a imagem juvenil de um gestor ao qual era entregue a missão de formar a Escola de Agronomia do Nordeste como instituição educativa. Mas se alguma lacuna restou em torno de sua chegada

à Paraíba, que denunciou que o governo federal não pôde escolher os profissionais que mandou trazer para esse estabelecimento paraibano, a propaganda oligárquica, sempre muito ágil na construção de alegorias, descreveu com a sua juventude o novo mundo que se prometia desde a tão pregada Revolução de 1930: esse mundo pertencia aos jovens, que tão logo formados deveriam seguir o modelo de seu diretor.

Tomado por esse imaginário em tudo muito conveniente às propostas sociais desse estabelecimento agrônomo, o dr. Carvalho de Araújo se tornou rapidamente o primeiro cartão de visitas da Escola de Agronomia do Nordeste. Para tanto, foi instalado em uma casa com feições modernas, com terraços, salas de visitas e refeições, quatro quartos, copa, cozinha e instalações sanitárias (A UNIÃO, 15 abr. 1936, p.1). Esse distinto professor foi, portanto, o anfitrião dos ilustres visitantes dessa instituição, por vezes convidados a pernoitar em sua residência.

Figura 2 – A residência do diretor



Fonte: Jornal *A União* (15 abr. 1936, p. 2).

Disposta estrategicamente em um ponto mais alto do terreno da escola e tendo como plano visual de sua varanda o pavilhão principal e o pavilhão de química, a residência do diretor se sobressaía como um espaço propício ao controle da vida escolar, como era esperado de quem ocupava tal cargo, ao passo que também apresentava o necessário destaque que esse profissional possuía no complexo escolar que governava. A arquitetura

do prédio, que só assim, alto e moderno, se fazia perceber entre as grandiosas construções que o cercava, construía um cenário perfeito, apenas conferido aos grandes homens, como aquela instituição pretendia formar.

Mas essa pretensa modernidade exigia também padrões internacionais de qualidade. Para tanto,

desde os primeiros momentos de seu funcionamento a organização interna dos professores da Escola de Agronomia do Nordeste esteve submetida ao modelo estadunidense de regimento das universidades. Nesse sentido, a referida instituição foi estruturada da seguinte maneira:

Quadro 1 – Lista dos departamentos, dependências e setores da Escola de Agronomia do Nordeste

Departamentos	Dependências	
Departamento Administrativo	Diretoria, Secretaria, Contadoria e Portaria.	
Departamento de Agricultura	Serviços de Agricultura.	
Departamento de Engenharia Rural	Serviços de Construções, Irrigações, Drenagens, Urbanismo e Oficinas Rurais.	
Departamento de Zootecnia	Serviços Zootécnicos, Seção de Veterinária.	
Departamento de Horticultura	Serviços de Horticultura.	
Departamento do Refeitório dos Alunos		
Departamento de Química, Tecnologia Agrícola, Solos e Adubos		
Departamento de Física, Meteorologia e Climatologia Agrícola		
Departamento de Silvicultura		
Departamento de Biologia		
Departamento de Economia e Legislação Rural		
Departamento de Fruticultura e Jardinocultura		Seções de Apicultura, Sericultura, Pragas e Moléstias das Plantas Cultivadas.
Departamento de Entomologia		
Departamento de Fitopatologia		
Departamento de Laticínios		
Departamento de Genética Vegetal e Animal		

Fontes: Quadro construído a partir das informações colhidas no Jornal A União (25 jan. 1937, p. 6; 15 abr. 1942, p. 5).

Até o momento, não foi possível afirmar quais desses departamentos de fato funcionaram e quais foram condensados ou desmembrados nos anos que se seguiram, o que se sabe, no entanto, é que esse foi o modelo de organização inicial proposto pelos seus primeiros profes-

sos e que exigiram que a sua coordenação fosse entregue ao menos a um bacharel, fosse ele agrônomo ou de área afim, contando por vezes com o apoio de um técnico agrícola. A partir de 1937, portanto, esses bacharéis começaram a ser contratados de várias partes do país.

Ocupados esses devidos postos, a Escola de Agronomia do Nordeste ganhou maior legitimidade social, espelhada na idoneidade de seus docentes, que agora comungavam do prestígio que outrora fora centralizado no seu diretor. Há esse tempo, o engenheiro agrônomo Luiz Carvalho de Araújo deixou seu cargo de direção alegando precisar reassumir sua função na Escola de Agronomia de Viçosa. Provisoriamente, o senhor Diniz Xavier de Andrade, também agrônomo, arcou com o exercício de suas funções até a nomeação do “ilustre” dr. Pimentel Gomes, como foi tratado à época e que, de fato, possuía reconhecimento nacional².

Pimentel Gomes havia exercido, até aquele momento, a chefia da Diretoria de Produção do Estado da Paraíba. Nessa função, era também de sua responsabilidade a editoração do suplemento agrícola, que era publicado semanalmente no jornal *A União*, periódico que se autointitulava *órgão oficial do Estado*³. Nessa função, o intelectual havia se empenhado em fazer circular textos de pesquisadores de outros estados, já publicados em outros periódicos, mas cujo tema discutia-se na época ser de grande relevância para os produtores locais. Isso significava dar preferência àqueles trabalhos que tratavam das condições climáticas, hídricas e de solo do estado paraibano, bem como as variações de sementes e os animais domesticáveis de maior interesse para a adoção ou aperfeiçoamento nas plantações locais.

Enquanto esteve à frente do suplemento agrícola do jornal *A União*, Pimentel Gomes era um dos autores mais recorrentes dos textos publicados naquela página, o que indica certa centralidade da pesquisa na área no interior da Diretoria de Produção, além de bastante centrada em suas próprias pesquisas. Isso

² Tais exigências foram encontradas em diversas edições do *Jornal A União* (23 jul. 1938, p. 8; 13 set. 1938, p.1).

³ A imprensa agrícola havia ganhado espaço no estado da Paraíba ainda nos tempos da Primeira República. Em 1918, foi publicado pela primeira vez o suplemento agrícola do jornal *A União*, que apareceria, de maneira irregular, até os anos 1960, com diferentes nomenclaturas, geralmente com recorrência semanal, às vezes quinzenal ou mensal. Além disso, no início dos anos 1920, no início dos anos 1930, e durante a década de 1950, foi publicada regularmente a revista ilustrada *Paraíba Agrícola*, inicialmente com regularidade mensal, depois sendo impressa apenas uma vez por ano (BURITY, 2017).

provavelmente se dava à incipiência dos trabalhos que a Escola de Agronomia do Nordeste, recentemente inaugurada, era capaz de produzir naqueles tempos. O fato é que, a partir de 1938, quando ele assumiu a direção daquela instituição, a produção da escola aumentou vertiginosamente.

Os resultados eram visíveis por meio da publicação de livros e artigos nos periódicos da época. De alguma maneira, é possível arriscar que a sua nomeação tornava possível a aproximação entre a instituição científica e os editores do jornal, estabelecendo um trânsito mais fácil entre o espaço da pesquisa e o lugar da divulgação desse conhecimento científico.

Durante o seu exercício na direção da Escola de Agronomia do Nordeste, Pimentel Gomes foi o intelectual com a maior produção de livros e artigos nos periódicos da época. Naquele momento, o célebre professor, formado na Escola Agrícola Luiz de Queiroz, desenvolveu pesquisas sobre o coqueiro de praia e sobre as fibras comumente encontradas nos sertões nordestinos e sempre muito cotadas no comércio internacional. Foi autor também de artigos e livros sobre a conjuntura internacional, buscando compreender o papel da ciência agrônoma no cenário no qual a instituição que dirigia estava situada.

Nos melhores termos gramscianos, foi talvez o mais importante intelectual orgânico daquele estabelecimento educativo se considerada a periodização aqui adotada e o momento em que chegou à direção desse instituto (GRAMSCI, 2014[1932]). Liderados por ele, os professores agrônomos foram responsáveis pela elaboração de novas concepções de futuro, cujo maior objetivo foi o de angariar maior confiança dos proprietários de terra.

Em janeiro de 1941, Raymundo Pimentel Gomes se afastou da direção para assumir a diretoria do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado da Paraíba. Mesmo assim, continuou a atuar como um dos mais assíduos intelectuais agrícolas nos periódicos locais, mantendo fortes vínculos com o funcionamento daquele estabelecimento de ensino superior. Em sequência à sua gestão, outros importantes intelectuais o sucederam no cargo que lhe pertencera:

foram eles os professores Diniz Xavier de Andrade (janeiro de 1941/maio de 1942), Joaquim Moreira de Melo (maio de 1942/março de 1944), Laudemiro Leite de Almeida (março de 1944/agosto de 1944) e Antônio Lemos Maia (agosto de 1944/julho de 1945).

Se a mobilidade dos docentes no cargo mais importante da Escola de Agronomia do Nordeste indicava o destaque que esse posto conferia internamente, esses sujeitos também tiveram que ampliá-la externamente no sentido da construção e manutenção do prestígio nas relações da educação com o mundo rural paraibano. Nesse sentido, reassumiram a função de diretor os professores Joaquim Moreira de Melo (outubro de 1945/novembro de 1945) e Diniz Xavier de Andrade (novembro de 1945/fevereiro de 1946), alternando mais uma vez no cargo: Joaquim Moreira de Melo entre fevereiro de 1946 e dezembro de 1946 e Diniz Xavier de Andrade a partir de dezembro de 1946 até julho de 1947.

Apenas a partir de 1947 novos nomes ocuparam nesse destacado cargo institucional. Foram eles os professores José Correia de Vasconcelos (julho de 1947/abril de 1948) e Abel Barbosa da Silva (abril de 1948/janeiro de 1950). Em princípios da década de 1950, portanto, com a federalização do referido estabelecimento de educação superior, assumiu o cargo na direção da escola o senhor Luiz Carlos de Lyra Neto, que se tornou o responsável pelo estabelecimento de uma nova ordem política em torno de seu funcionamento.

De acordo com um termo de contratação publicada no *Diário Oficial* no ano de 1941, a remuneração de um professor agrônomo da Escola de Agronomia do Nordeste era, pelo menos até 1942, quando a moeda oficial se tornou o cruzeiro, taxada em um conto de réis (1:000\$000). Em uma análise comparativa aos valores declarados pelo Departamento de Educação, que era o órgão responsável pelos demais estabelecimentos educativos do estado, é possível notar como os docentes do ensino agrícola superior foram prestigiados em suas atividades profissionais.

Dessa forma apenas o diretor do Departamento de Educação possuía um salário superior ao desses profissionais (dois contos de réis, 2:000\$000), e os

únicos servidores cujas remunerações se aproximavam do referido valor eram os(as) professores(as) de Grupo Escolar em fim de carreira (setecentos mil réis, 700\$000), cuja quantidade contava-se nos dedos e os professores efetivos do Liceu Paraibano (oitocentos mil réis, 800\$000), que também gozavam de um significativo prestígio social⁴.

É possível perceber, considerando tudo isso e comparando com a prestação de contas da Escola de Agronomia do Nordeste no ano de 1941 ao Departamento de Estatística do Estado como os 17 docentes que lecionavam naquela instituição no referido momento⁵ eram reconhecidos dentro e fora da academia. Deve-se pensar que esses sujeitos não tinham o seu trabalho intelectual circunscrito exclusivamente no âmbito da docência. A sua produção envolvia a publicação de livros e artigos na imprensa periódica. Além disso, esses professores tinham passagem por certos espaços do Estado, o que dava poder de ação aos seus discursos, que não raro se tornavam políticas públicas.

Em outras palavras, era possível afirmar que o trabalho desses professores conferiu certas características para o projeto de desenvolvimento agrícola pensado pelo governo revolucionário, sobretudo no âmbito estadual e regional, e que subsistiu até o imediato pós-guerra.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do corpo docente da Escola de Agronomia do Nordeste não atendia unicamente ao propósito de formar agrônomos, técnicos agrícolas e capatazes rurais. A posição nesse cargo implicava ainda na construção de estratégias para o melhor aproveitamento dos recursos naturais e tecnológicos disponíveis para o aperfeiçoamento da economia

⁴ Tais exigências foram encontradas em diversas edições do *Jornal A União* (16 mar. 1941, p. 5; 5 jan. 1941, p.4).

⁵ A partir da tabela de prestação de contas foi encontrado o valor de 201 contos de réis em gastos anuais com o professorado, que considerando as doze mensalidades que compuseram esse montante, representam uma média de 16,75 docentes na instituição em 1940. Fato que aponta a contratação de um professor no mês de março (tendo recebido apenas 9 meses de salário), ou a demissão de um professor em setembro (*A UNIÃO*, 5 jan. 1941, p. 4).

agrícola estadual e regional. Em outras palavras, considerando a ideia hegemônica à época de que seria a Paraíba um estado essencialmente agrícola e que se tratavam dos professores da primeira instituição de ensino superior dessa circunscrição territorial à época, é possível afirmar que pelo menos uma parcela significativa da elite os considerava como intelectuais orgânicos do novo regime.

A função de organizar a cultura, no entanto, sofreu alguns atropelos nos primeiros anos. A tentativa de levar para a escola agrônomos formados na Escola de Viçosa e com isso transplantar um modelo educacional entre as duas instituições, não deu certo. A demanda por agrônomos exigiu que fossem trazidos intelectuais de outras localidades. No mais, é possível afirmar que o poder público se empenhou na construção da imagem desses intelectuais e na sua incorporação na elite local. A imprensa oficial publicou uma fotografia do seu primeiro diretor, não faltavam adjetivos para descrevê-los, dentre os quais a palavra excessivamente usada “ilustre”, além de um esforço em pagar bons salários, compatível com o das maiores autoridades do poder público estadual.

A partir de 1938, quando a escola passou a ter um corpo docente mais regular e o professor Pimentel Gomes assumiu a sua direção, esse trabalho de organização da cultura agrícola na sociedade paraibana se tornou mais relevante. A presença das pesquisas desses professores na imprensa, da publicação de livros e da efetivação de suas orientações enquanto políticas públicas do estado testemunhavam de que maneira

esse trabalho ultrapassava as fronteiras da escola e alcançavam, de alguma maneira, as fazendas e os roçados dos produtores rurais do estado.

REFERÊNCIAS

A UNIÃO. João Pessoa-PB: Imprensa Oficial, 1934-1950.

BESKOW, Gabriela Carames. **“A pátria é a terra”**: As representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BURITY, Luiz Mário Dantas. **Tempos misteriosos**: uma história da população rural pelas estradas do mundo moderno (Paraíba, 1932-1962). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014[1932].

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada**: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas, SP: UNICAMP, 2001[1998].

Recebido em: 29 de Novembro de 2018

Avaliado em: 22 de Dezembro de 2018

Aceito em: 22 de Dezembro de 2018

1 Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com orientação da Profa. Dra. Lúcia Grinberg. E-mail: marioburity@hotmail.com